



## **O ASSOCIATIVISMO RURAL COMO PRÁTICA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA EM SENHOR DO BONFIM – BA**

**Guilherme Silva dos Anjos <sup>1</sup>; Laís dos Santos Alves Nascimento<sup>2</sup>; Rosângela Caires Viana<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Licenciando no curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, no Instituto Federal Baiano *Campus* Senhor do Bonfim, e-mail: silvaguilibras@gmail.com

<sup>2</sup> Licencianda no curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, no Instituto Federal Baiano *Campus* Senhor do Bonfim, e-mail: laisalves326@gmail.com

<sup>3</sup> Mestra em Educação de Jovens e Adultos (PPGEJA- UNEB); Professora EBTB Instituto Federal Baiano- *campus* Senhor do Bonfim- BA, Grupo de pesquisa Programa de Educação Inclusiva (PROGEI), e-mail: rosangela.viana@ifbaiano.edu.br

**EIXO TEMÁTICO 8: MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

### **RESUMO**

O presente resumo apresenta um relato de experiência vivenciado no estágio supervisionado III, do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, do Instituto Federal Baiano *Campus* Senhor do Bonfim, desenvolvido no povoado Lagoa Grande, zona rural do município de Senhor do Bonfim, Bahia. O estágio teve como principal objetivo compreender os desafios e as potencialidades da Associação de Moradores e Produtores Rurais de Lagoa Grande no fortalecimento da agricultura familiar, buscando ampliar as oportunidades de renda e melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras. A questão norteadora que orientou o desenvolvimento da pesquisa foi: como o associativismo rural pode contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e para a construção de práticas educativas voltadas à autonomia dos produtores rurais? A investigação baseou-se na metodologia da pesquisa-ação, conforme Thiollent (2011), a qual possibilitou integrar teoria e prática em um processo colaborativo com os agricultores, por meio do diálogo e da reflexão coletiva. As ações realizadas incluíram a implantação e o manejo de hortas sustentáveis em propriedades selecionadas, o acompanhamento técnico sobre preparo do solo, irrigação e controle de pragas, além de atividades voltadas à avicultura de postura, com foco na melhoria nutricional, manejo sanitário e introdução de tecnologias simples, como o uso de chocadeiras elétricas para ampliar o plantel de aves. Essas ações buscaram aliar conhecimento técnico à realidade local, fortalecendo a autonomia produtiva e o protagonismo dos agricultores. Do ponto de vista teórico, o trabalho está fundamentado nos princípios da Educação Popular e da Educação do Campo, que valorizam o saber local, a experiência de vida e a construção coletiva do conhecimento. Conforme Freire (1996), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção”, ideia que orientou a prática pedagógica do estágio, transformando cada intervenção em um espaço



de diálogo e troca de saberes. Essa abordagem foi essencial para compreender o associativismo rural como um ambiente de educação não formal, que promove aprendizagens significativas por meio da cooperação e da solidariedade entre os agricultores. O associativismo, segundo Abramovay (2000), constitui-se como uma forma de organização social capaz de fortalecer as comunidades rurais, estimulando o sentimento de pertencimento e a autonomia coletiva. Já Gohn (2008) destaca que a educação popular se concretiza em espaços como associações e movimentos sociais, onde o conhecimento é construído pela prática e pela consciência crítica dos sujeitos. Nesse sentido, o estágio representou um exercício de educação contextualizada, em que o estagiário atuou como mediador do conhecimento técnico e o agricultor como protagonista do processo educativo. Os resultados alcançados demonstraram avanços significativos tanto na dimensão técnica quanto na dimensão educativa e social. Na área produtiva, as intervenções em horticultura e avicultura resultaram em aumento da produtividade, diversificação de cultivos, uso mais racional da água e adoção de práticas agroecológicas. O manejo integrado do solo e o uso de tecnologias simples, como a irrigação por microaspersão e a chocadeira elétrica, ampliaram a eficiência e a autonomia dos agricultores, especialmente das mulheres, que participaram ativamente das atividades formativas. Do ponto de vista educativo, o estágio possibilitou o fortalecimento de uma educação contextualizada e emancipadora, semelhante à vivência da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que o diálogo, a escuta e o reconhecimento dos saberes locais se tornam ferramentas centrais de aprendizagem. A troca de experiências entre o estagiário e os produtores rurais configurou-se como um verdadeiro ato educativo freireano, baseado na valorização do “saber de experiência feito” (Freire, 2015). Essa interação permitiu construir novos conhecimentos sobre práticas sustentáveis, cidadania e organização comunitária, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e coletiva sobre o papel da agricultura familiar na sociedade. Além disso, observou-se que os espaços de convivência criados durante o estágio — como as oficinas, reuniões e visitas às propriedades — funcionaram como ambientes de educação popular, nos quais o conhecimento foi produzido de forma compartilhada, respeitando a trajetória e a vivência de cada agricultor. Assim como na EJA, o aprendizado não se deu pela transmissão de conteúdos prontos, mas pelo diálogo entre as diferentes experiências de vida e de trabalho. Essa pedagogia do diálogo, inspirada em Freire (1996), possibilitou que os produtores se reconhecessem como sujeitos históricos e sociais, capazes de compreender criticamente sua realidade e de transformá-la por meio da ação coletiva. As práticas pedagógicas implementadas durante o estágio favoreceram o protagonismo dos sujeitos do campo, sobretudo das mulheres e dos jovens, que demonstraram grande interesse em participar das oficinas e na implantação das hortas. Essa participação ativa contribuiu para romper com paradigmas tradicionais de exclusão e silenciamento, fortalecendo o princípio da equidade, fundamental tanto na Educação Popular quanto na EJA. A inclusão desses grupos nas discussões e ações técnicas reforçou a importância da formação integral do ser humano, que considera o trabalho não apenas como meio de subsistência, mas também como espaço de aprendizado e emancipação. A integração entre o saber técnico das ciências agrárias e o saber popular dos agricultores criou uma ponte entre a formação acadêmica e a realidade vivida. Essa relação dialógica contribuiu para romper com a lógica tradicional que separa teoria e prática, escola e comunidade, conhecimento científico e empírico. O estagiário, ao assumir o papel de mediador e aprendiz, vivenciou a verdadeira essência da educação libertadora, aquela que reconhece que todos ensinam e todos aprendem. O fortalecimento do associativismo rural, aliado à formação crítica e participativa dos agricultores, evidencia que é possível construir



processos educativos significativos fora do espaço escolar tradicional. Tal como na EJA, o conhecimento foi produzido no diálogo entre o trabalho, a cultura e a vida, reafirmando o campo como território de saber, resistência e esperança. Assim, a experiência mostrou que a Educação do Campo articulada à Educação Popular, pode atuar como instrumento de transformação social, ao promover práticas educativas libertadoras e sustentáveis. O estágio supervisionado revelou-se, portanto, um espaço essencial de formação docente e técnica, que integra o conhecimento acadêmico às demandas reais do campo, reafirmando o compromisso da Licenciatura em Ciências Agrárias com a construção de uma educação voltada para a convivência com o semiárido e o fortalecimento da agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Associativismo Rural; Agricultura Familiar; Educação do Campo; Estágio Supervisionado.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Para onde vai a agricultura familiar?* Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.
- BRASIL. *Lei nº 11.326*, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 2 out. 2024.
- BRASIL. *Lei nº 11.788*, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm). Acesso em: 2 out. 2024.
- CARNEIRO, Maria José. *Agricultura familiar e segurança alimentar*. Brasília: Embrapa, 2013.
- FAGOTTI, Lucas N. *O “fazer-se” associativo: associativismo e agricultura familiar no interior paulista*. São Paulo: UNESP, 2017.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2008.
- SCHNEIDER, Sergio. *A política de crédito rural e a agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.